

ESCÂNDALO/INVESTIGAÇÕES

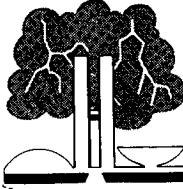
Relatório indica uso eleitoral de subvenções

Levantamento feito pelo senador Luís Alberto registra que sindicatos patronais e de trabalhadores receberam ilegalmente verbas do Orçamento e usaram os recursos nas campanhas de 1989 e 1990

GUILHERME EVELIN

BRASÍLIA — Relatório preparado pelo senador Luís Alberto (PTB-PR) levanta suspeitas de que as subvenções sociais do governo federal recebidas por sindicatos nos últimos cinco anos foram desviadas para campanhas eleitorais. O levantamento, entregue ontem ao coordenador da subcomissão de subvenções sociais da CPI do Orçamento, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), aponta que houve maior número de liberações de verbas nos anos eleitorais de 1989 e 1990. "Isso reforça as suspeitas de que podem ter sido usadas para fins escusos", disse Alberto.

Segundo o senador, as subvenções destinadas aos sindicatos contrariaram a Lei 1.493/51, que destina este tipo de verba apenas para entidades



filantrópicas. Entre 1989 e 1992, de acordo com o levantamento de Alberto, os sindicatos receberam cerca de US\$ 1 milhão das cotas do Orçamento reservadas a cada parlamentar. Os maiores contemplados, conforme listagem do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), foram os sindicatos de trabalhadores rurais e de arrumadores do comércio.

Na lista aparecem também entidades patronais, como o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas de Alagoas — que recebeu Cr\$ 742,5 mil, destinados pelo deputado Olavo Caileiros (PMDB-AL). Em 1990, o Sindicato das Indústrias de Óleos Vegetais, Sabão e Velas de São Luiz recebeu Cr\$ 268,9 mil, reservados pelo ex-deputado Antônio Gaspar.

Mas as verbas das cotas dos parlamentares são limitadas se compara-

dos aos recursos da rubrica de dotações globais do Ministério do Bem-Estar Social. Apenas este ano, essa rubrica destinou US\$ 718,9 mil em subvenções sociais à Central Geral dos Trabalhadores (CGT), ligada ao MR-8, que apóia o ex-governador Orestes Quérzia. Em 1991 e 1992, o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal faturou US\$ 147,1 mil em verbas das dotações globais.

A listagem de parlamentares que destinaram a sindicatos parte de suas cotas do Orçamento é ampla. Em 1989, 138 parlamentares usaram esse expediente. Em 1990 foram 125. Em 1991 o número baixou para 58. Em 1992 caiu para 51 e em 1993 ficou em 52. A lista deste ano inclui desde o deputado Roberto Campos (PPR-RJ) até o líder do PC do B na Câma-

ra, deputado Aldo Rebelo (SP). Campos destinou Cr\$ 49,5 mil para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saquarema (RJ). Rebelo, apesar da sua base eleitoral paulista, resolveu enviar Cr\$ 643,5 mil para o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Niterói (RJ).

Garibaldi Alves Filho, depois de receber o relatório, se comprometeu a procurar o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Carlos Átila, para discutir formas de tornar viável uma auditoria nos

sindicatos que receberam as subvenções para verificar se houve irregularidades na aplicação dos recursos. A proposta de Luís Alberto é de seja feita auditoria por amostragem em dois sindicatos de cada Estado do País — um urbano e outro rural.

**C
OMISSÃO
PODERÁ
SOLICITAR AO
TCU QUE FAÇA
AUDITORIA
POR
AMOSTRAGEM**